

## **PROJETO BÁSICO**

### **1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Engenharia para execução de reforma predial interna (paredes, divisórias de gesso acartonado e pisos, incluindo fornecimento de material) nos ambientes e circulações internas da Secretaria Administrativa (SJTO-SECAD) do Edifício Anexo da Seção Judiciária do Tocantins, contendo os serviços descritos: demolição/retirada de paredes em alvenaria com tijolo cerâmico, divisórias em gesso acartonado, pisos em revestimento cerâmico, além de portas de madeira com acessórios e guarnições; retirada e reaproveitamento de instalações elétricas e de rede de lógica; fornecimento e instalação de paredes em alvenaria com tijolo cerâmico, paredes e forro em gesso acartonado, portas de madeira (60x210cm e 80x210cm), esquadrias tipo maxim-ar com perfis de alumínio anodizado fosco e vidro laminado incolor 8mm (conforme projeto arquitetônico); fornecimento e aplicação de massa látex PVA e execução de pintura interna (tinta acrílica em paredes e tinta protetora esmalte sobre superfícies metálicas).

### **2. JUSTIFICATIVA**

A execução da reforma predial interna faz-se necessária em virtude da reestruturação do layout atual da Secretaria Administrativa da Seccional (SJTO-SECAD), que passou recentemente por uma considerável mudança em sua estrutura organizacional com a recente criação dos Núcleos: NUCAD, NUCRE e NUCJU). Neste sentido, justifica-se uma readequação do dimensionamento das salas, sanitários e circulações existentes, de forma que o objetivo principal seja sempre a melhoria das atividades administrativas exercidas pelos servidores do Judiciário Federal dentro de seu ambiente de trabalho.



### **3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços em questão deverá ser conforme Projeto Arquitetônico e Memorial Técnico Descritivo, que seguem em anexo, elaborados por esta Unidade.

### **4. VALOR GLOBAL ESTIMADO DO SERVIÇO**

Está estimado para os serviços a serem contratados o valor total de **R\$ 234.975,85** (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme Planilha Orçamentária Estimativa em anexo, onde consta a declaração de que os quantitativos são compatíveis com os quantitativos dos projetos de arquitetura e os custos da tabela SINAPI (Mês Referência: OUTUBRO/2015) e na ausência destes, com os custos praticados no mercado local.

### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.
- b. Manter seus empregados sujeitos às normas disciplinares desta Seccional, inclusive com a obrigação de portar crachá de identificação, quando nas dependências desta, porém sem qualquer vínculo empregatício com ela;
- c. Empregar, na execução dos serviços, profissionais especializados, observados o tipo, a natureza e a especialidade de cada serviço, com utilização de métodos modernos e adequados, equipamentos, tecnologia e materiais de primeira qualidade, de acordo com as recomendações técnicas específicas e orientações dos fabricantes e das normas de segurança no trabalho;
- d. Comunicar imediatamente à gestão/fiscalização da Contratante, por qualquer meio eficaz, quaisquer ocorrências que venham afetar a execução dos serviços e, em seguida, reduzir os fatos a termo circunstanciado;
- e. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta ou indiretamente, à





Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento por parte da Contratante;

- f. Responsabilizar-se pela execução dos serviços, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no total ou em parte, em prazo determinado pela Contratante, o que resultar de vícios, defeitos ou incorreções ou, ainda, de materiais empregados, mesmo após a conclusão dos serviços;
- g. Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT (normas de execução de serviços e/ou obras, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias), das concessionárias de serviço público, do Decreto 92.100/1985 e dos fabricantes dos materiais aplicados, do Inmetro, ISSO 9002 e IPT;
- h. Executar os serviços mediante contínua e estreita comunicação com a fiscalização da Contratante, acatando integralmente as suas exigências quanto a critérios executivos, especificações e outros documentos;
- i. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito de qualidade dos serviços executados;
- j. Providenciar toda a documentação necessária à execução dos serviços que deva ser emitida por órgãos públicos, entidades de fiscalização, concessionárias e qualquer outros que se fizerem necessários, apresentando à fiscalização os comprovantes dessa providência;
- k. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;
  - a) A Contratante poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- l. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos e quaisquer despesas decorrentes de sua condição de empregador, referentes aos serviços, inclusive licença em repartições públicas, registros,

- publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos;
- m. Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas relativas aos serviços contratados, impostas à Contratante por inobservância de leis, decretos, normas, regulamentos e regras de segurança do trabalho;
  - n. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução do CREA/TO ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT no CAU/TO na forma da legislação pertinente;
  - o. Submeter à prévia apreciação da fiscalização da Contratante as amostras dos materiais a serem utilizados;
  - p. Responsabilizar-se pela vigilância do local dos serviços, pela segurança de pessoal e pela guarda de material, ferramentas, equipamentos, bem como pelo controle de acesso de pessoal e de entrega e retirada de materiais, equipamentos, ferramentas e outros;
  - q. Solicitar autorização prévia da Contratante para os serviços a serem executados fora do horário comercial (noite, finais de semana e feriados), com antecedência mínima de 24 horas, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as despesas necessárias;
  - r. Não realizar subempreitada total do objeto deste contrato, permitida, entretanto, a subempreitada parcial para serviços especializados que requeiram o emprego de empresas ou profissionais habilitados, desde que previamente autorizadas pela Contratante, sem prejuízo da responsabilidade direta e exclusiva da Contratada;
  - s. Proteger todos os móveis no local de execução dos serviços com material apropriado, tipo lona ou plástico;
  - t. Responsabilizar-se pela limpeza de pisos e rodapés após a execução do serviço de emassamento e pintura das paredes internas dos ambientes envolvidos;
  - u. Responsabilizar-se pela manutenção e reposição da vegetação existente nos jardins internos e externos (grama, arbustos, etc.).





## 6. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- a. Os serviços contratados serão recebidos pela fiscalização e/ou comissão a ser designada pela Contratante;
- b. Antes do recebimento provisório, o representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados.
- c. Executado totalmente o Contrato, o seu objeto será recebido provisoriamente pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado por ambas as partes, em até **15 (quinze) dias**, a partir da comunicação escrita da Contratada, após verificação de que os serviços foram efetivamente concluídos e estarem em condições de serem recebidos, ou seja, não poderá existir nenhuma pendência. Havendo pendências, a comunicação de entrega dos serviços não terá validade;
- d. O recebimento definitivo dar-se-á igualmente em até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório e após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação dos serviços às cláusulas contratuais, mediante termo próprio, assinado pelas partes.

## 7. PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO

Após o recebimento da Ordem de Serviço, **120 (cento e vinte) dias** para a execução dos serviços, destes sendo **15 (quinze) dias** para proceder ao Recebimento Provisório e mais **15 (quinze) dias** para proceder ao Recebimento Definitivo da Obra.

## 8. PRAZO DE GARANTIA

**05 (cinco) anos**, no mínimo, incluindo coberturas de vícios aparentes e ocultos que venham a ser descobertos neste período.



## **9. UNIDADE FISCALIZADORA**

Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras (SJTO-SEPOB).

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a. A qualquer tempo, durante a vigência contratual, a gestão/fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- b. Qualquer incompatibilidade detectada nos projetos durante a fase de execução da obra deverá ser informada imediatamente à gestão/fiscalização do Contrato;
- c. É parte integrante deste Projeto Básico:
  - a) Projeto Arquitetônico de Reforma; e
  - b) Memorial Técnico Descritivo.

Palmas/TO, 02 de Dezembro de 2015.



Arq. Urb. Rodrigo Vasconcellos  
CAU/TO A26883-4  
Mat.: TO 20177  
Supervisor SJTO-SEPOB  
Comitê Técnico de Obras  
Seção Judiciária do Tocantins